



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS

EXPEDIENTE
09110125

REQUERIMENTO Nº 76 /2025

Exmº. Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Trata-se de denúncia recebida pelo Centro de Apoio e Atendimento ao Cidadão (CAC) sobre corte de direitos dos servidores públicos municipais.

O Município de Conselheiro Lafaiete ajuizou Ação Anulatória visando, em síntese, a anulação de algumas cláusulas do acordo homologado nos autos 1133844-89.2023.8.13.0000 em que contedia com Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Conselheiro Lafaiete.

As cláusulas objeto da Ação Anulatória são as seguintes:

CLÁUSULA IX - DA COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL- Os benefícios, quinquênios e progressão na carreira, assim como outros, só serão aplicados após a complementação salarial;

CLÁUSULA XII - DA VERBA DO FUNDEB - O município se obriga a repassar em rateio a sobra dos recursos do FUNDEB, referentes ao percentual de 70% (setenta por cento) conforme disposição da legislação aplicável; e

CLÁUSULA XIII - RETIRADA DE PROJETOS DE LEI Nº004-E-2023 E 005-E-2023 - O município se obriga a retirar do legislativo os projetos de lei nº 004-E-2023 e nº 005-E-2023, no prazo de 8 (oito) dias e não enviar outros projetos do mesmo teor.

A Comissão de Serviços Públicos, Administração Municipal, Política Urbana e Rural, nos termos do art. 88, inciso VIII, do Regimento Interno, requer, ouvida a Casa, que V. Exa. **encaminhe expediente ao Prefeito Municipal solicitando respostas aos seguintes questionamentos.**

Por qual (is) motivo (s) não jurídico (s) o Município ajuizou referida Ação Anulatória?

Antes de ajuizar esta ação, o Município tentou resolver a situação com o Sindicato?

Os servidores que conquistaram estes direitos através de acordo assumido pelo Município já estão cientes de que podem, a qualquer momento, ter estes direitos anulados?

Sendo julgada improcedente a Ação Anulatória, o Município pretende cortar algum outro direito do servidor?

Com esta Ação, o Município pretende reaver o dinheiro pago a título de complementação salarial aos servidores?



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS

Quantas foram as denúncias de assédio por perseguição política a servidores públicos efetivos no corrente ano? Quais foram os direcionamentos a estas denúncias?

Referências: CAC: 152/2025 / **Denúncia:** 19/2025.

Conselheiro Lafaiete, 30 de setembro de 2025

Vereador Professor Oswaldo Barbosa

Vereador João Paulo

Vereador Fernando Bandeira